

O discurso do risco na controvérsia dos emagrecedores: uma análise da cobertura de imprensa nos anos de 2011 e 2014

The discourse of risk in diet pills controversy: an analysis of the press coverage in 2011 and in 2014

El discurso del riesgo en la controversia de las píldoras de dieta: un análisis de la cobertura de prensa en los años 2011 y 2014

Vanessa Melo do Amaral | vjornalist@gmail.com

Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação e Saúde – PPGICS. Rio de Janeiro, Brasil.
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Rio de Janeiro, Brasil.

Josué Laguardia | josue.laguardia@gmail.com

Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação e Saúde – PPGICS. Rio de Janeiro, Brasil.

Janine Miranda Cardoso | janinecardoso.fiocruz@gmail.com

Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação e Saúde – PPGICS. Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo

Os inibidores de apetite são comercializados no Brasil há mais de 30 anos. Em 2010, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) iniciou um processo de revisão da avaliação de risco desses fármacos e cancelou, em 2011, o registro dos três emagrecedores à base de anfetamina (anfepromona, femproporex, mazindol), permitindo que apenas a sibutramina fosse comercializada. A decisão foi revogada em 2014 pelo Congresso Nacional, que autorizou a volta ao mercado brasileiro dos anorexígenos derivados da anfetamina. Este artigo analisa a construção dos sentidos sobre risco por jornais diários durante a cobertura noticiosa da controvérsia relativa aos emagrecedores, nesses dois momentos antagônicos. Com base na semiologia dos discursos sociais, foram analisadas 25 notícias de 2011 e 2014 que demonstraram que o discurso do risco, embora presente na maioria dos textos, foi minimizado pela cobertura *política* que privilegia os conflitos de interesses, os embates travados com a autoridade sanitária e as contradições do processo.

Palavras-chave: risco; obesidade; emagrecedores; jornalismo; comunicação e saúde.

Abstract

Appetite suppressants are sold in Brazil over 30 years. In 2010, the Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa (National Health Surveillance Agency) began a process to review the risk assessment of these drugs and in 2011 cancelled the register of the three amphetamine-based anorexigenics (anfepramone, fenproporex, mazindol), only allowing to be marketed in Brazil the sibutramine. In 2014, the Congress revoked the decision-making by Anvisa and authorized the sale of the amphetamine derivatives. This paper analyzes how the meanings of risk were built by daily newspapers during the coverage of the appetite suppressants controversy, considering these two antagonistic moments. Based on the social semiotics, we analyzed 25 newspaper articles published in 2011 and in 2014, which showed that the discourse of risk does not assume the center of the discursive scene, resulting in a *political* coverage that favours the conflicts of interests, as well as the disputes with the Anvisa and the contradictions of the process.

Keywords: risk; obesity; appetite suppressants; journalism; communication and health.

Resumen

Los inhibidores del apetito se venden en Brasil hace más de 30 años. En 2010, la Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria) inició un proceso de revisión de la evaluación de riesgos de estos fármacos y ha cancelado, en 2011, la inscripción en el registro de los tres inhibidores del apetito de la familia de las anfetaminas (dietilpropión, fenproporex, mazindol), permitiendo que sólo la sibutramina fuese mantenida en el mercado. La decisión ha sido revocada en 2014 por el Congreso Nacional, que autorizó la comercialización de los inhibidores del apetito derivados de la anfetamina. En este artículo se analiza la construcción del sentido del riesgo en periódicos diarios durante la cobertura de la controversia relativa a esos fármacos, en los dos momentos antagónicos. Basado en la teoría de los discursos sociales, se analizaron 25 noticias de los años 2011 y 2014, que mostraron que el discurso del riesgo ha sido infravalorado por la cobertura *política* que privilegia los conflictos de intereses, así como las disputas con la autoridad sanitaria, y las contradicciones del proceso.

Palabras clave: riesgo; obesidad; inhibidores del apetito; periodismo; comunicación y salud.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores:

Vanessa Melo do Amaral:

- Concepção e desenho do estudo
- Aquisição, análise e interpretação dos dados
- Redação do manuscrito
- Revisão crítica do conteúdo intelectual

Josué Laguardia e Janine Miranda Cardoso:

- Concepção e desenho do estudo
- Análise e interpretação dos dados
- Revisão crítica do conteúdo intelectual

Declaração de conflito de interesses: Não há conflito de interesses.

Fontes de financiamento: não há

Considerações éticas: Não houve avaliação por comitê de ética por se tratar de estudo que utilizou dados oriundos de matérias publicadas em jornais.

Agradecimento/Contribuições adicionais: não há

Histórico do artigo: Submetido: 13.mar.2017 | Aceito: 12.jul.2017 | Publicado: 29.set.2017

Apresentação anterior: não houve

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Introdução

O período entre os dias 4 de outubro de 2011 e 2 de setembro de 2014 é marcado por dois momentos antagônicos para a venda de medicamentos emagrecedores no Brasil. Inicia-se com a proibição do comércio dos inibidores de apetiteⁱ à base de anfetamina registrados (anfepramona, mazindol e femproporex) e a ampliação do controle sobre a venda da sibutramina e termina com a anulação de todas as restrições legais que incidiam sobre esses mesmos medicamentos, com a conseqüente liberação de seu comércio no mercado nacional. Embora opostas, ambas as decisões foram justificadas e amparadas por um denominador comum: o conceito de risco à saúde. No primeiro caso, concluiu-se que o consumo dos emagrecedores à base de anfetamina apresentaria mais riscos do que benefícios para a saúde de quem precisa perder peso. No segundo, que os riscos a evitar são outros - os decorrentes do excesso de peso - e que a utilização responsável desses medicamentos apresentaria uma relação risco/benefício favorável.

A ideia de *risco*, nos dias de hoje, desperta grande interesse e sua incorporação não se restringe mais aos diferentes ambientes científicos, tornando-se com frequência objeto de matérias na mídia.¹ O uso corriqueiro e disseminado do termo já aponta para a valorização e capilarização que as questões relativas ao *risco* assumem em nossa sociedade. No entanto, é fundamental ressaltar que a discussão sobre a concepção de risco é ampla e evoca desde uma perspectiva mais geral, ancorada nas transformações sociais rumo a uma nova modernidade, até uma abordagem específica da saúde, baseada nos estudos epidemiológicos.²

Para Mary Douglas e Aaron Wildavsky³, a forma como ponderamos os riscos apresenta três peculiaridades: a controvérsia em torno do problema é profunda e amplamente disseminada no Ocidente, pessoas diferentes preocupam-se com riscos distintos - guerras, poluição, emprego, inflação - e o conhecimento e ação encontram-se em contínuo descompasso. Ou seja, há muita divergência acerca do que é arriscado, qual é a dimensão do risco e como fazer para evitá-lo.

Nesse sentido, Mary Douglas⁴ destaca a necessidade de se compreender o caráter político das escolhas relativas a situações de risco: “Escolhas sobre perigos não são simples e seria preferível ter essas escolhas apresentadas diretamente como questões políticas, em vez de disfarçadas em termos de teorias de probabilidade”. A autora explica que, no senso comum, risco e perigo são termos utilizados indiscriminadamente para indicar a mesma ideia - um perigo inaceitável. No entanto, a preferência pela utilização da palavra risco como conceito na arena pública já evidencia, segundo ela, aspectos ideológicos e políticos inerentes a essa escolha. Assim, qualquer ponderação sobre risco precisa ser contextualizada culturalmente e norteadada pela pergunta: “Quão seguro é seguro o suficiente para esta cultura em particular?”⁴ Ao invés de isolar o risco como um problema técnico, é preciso considerar, também, suas implicações morais, políticas e culturais.

No campo da saúde, o risco individualiza-se e está ancorado numa perspectiva epidemiológica que o define como a probabilidade de ocorrência de um evento em uma dada população. Para a epidemiologia moderna, o risco se expressa em “estimativas da chance de que a exposição a um fator (genético, ambiental, comportamental) possa estar causalmente associada a um determinado estado ou condição de saúde”.⁵ Com base nessas estimativas e equações matemáticas, surge uma infundável rede de riscos em que comportamentos, sinais, sintomas e doenças podem se tornar fatores de risco para outras afecções. Essas predições, baseadas em probabilidades cujas contingências fogem ao controle da racionalidade científica, são referenciadas como dados objetivos, precisos, livres de interferências. O risco adquire um estatuto ontológico, estudado como entidade “autônoma, objetivável, independente dos complexos contextos socioculturais nos quais as pessoas se encontram”¹ e as predições tornam-se recursos para lidar com a incerteza, embora tentem camuflar essa finalidade.

i Inibidores de apetite, também conhecidos como anorexígenos, são medicamentos emagrecedores que atuam no sistema nervoso central para reduzir a sensação de fome.

Nas últimas décadas, multiplicaram-se os estudos de cunho epidemiológico com objetivo de delimitar fatores de risco^{6,1} e, na mesma medida, ampliou-se o interesse dos indivíduos por fontes de informação sobre risco. Esse processo retroalimenta-se continuamente e a perspectiva do risco torna-se um componente fundamental para a organização da vida em sociedade.

No processo de universalização da lógica de controle dos riscos, as narrativas jornalísticas têm exercido papel central. Ao dar visibilidade aos acontecimentos e às informações científicas sobre risco, a mídia jornalística contribui para alimentar e condicionar essa nova lógica *riscofóbica*. Sem se restringir apenas às probabilidades estatísticas dos riscos, como fazem diversos campos das ciências, o jornalismo busca dar uma resposta social à sensação de insegurança que caracteriza a *humanidade em risco*. Para tanto, muitas vezes, mascara as controvérsias científicas ao mesmo tempo em que aponta riscos, prescreve valores e atos que indicam formas de controlá-los.⁷

Sob a lógica midiática, o noticiário sobre saúde destaca os fatores de risco, mas oferece discursivamente formas de segurança em contraposição a esses riscos, ratificando o que Anthony Giddens⁸ destaca como característica da sociedade tardia: a colonização do futuro a partir de ações orientadas para o presente. Informar sobre os riscos é, também, apontar mudanças de comportamento que permitam aos indivíduos driblar as inúmeras ameaças cotidianas à sua saúde e promover medidas, por meio da medicalização dos riscos e do autocontrole, como padrões de conduta desejáveis. A importância de se praticar exercícios físicos, controlar a obesidade, ter uma alimentação saudável, consultar médicos regularmente são mensagens veiculadas diariamente pela imprensa nacional como modelos comportamentais a serem seguidos, ficando clara a ideia subjacente a esses discursos de *policimento da vida* como forma de prolongamento da existência humana e adiamento da morte.

Neste artigo, realizamos a análise comparativa da cobertura noticiosa da controvérsia relativa aos emagrecedores, nos anos de 2011 e 2014. A despeito das várias abordagens relacionadas à questão e considerando que o desdobramento e fechamento de uma controvérsia não dependem apenas da qualidade técnica das pesquisas realizadas sobre o tema, mas também de elementos não-científicos e de processos sociais complexos⁹, buscou-se enfatizar a diversidade que caracteriza as situações de controvérsia e sinalizar sobre a multiplicidade de articulações e conflitos de interesse que constituem o processo.

A controvérsia dos emagrecedores

As controvérsias geralmente são entendidas como debates públicos que apresentam apenas dois polos de argumentação em relação a um projeto: de um lado, os que estão a favor e, de outro, os que são contrários. Essa é, no entanto, uma visão bastante reducionista de tais processos, pois as decisões, quando resultam de deliberações de administradores ou tomadores de decisão eleitos, “demonstram um alto nível de complexidade difícil de prever, e, em geral, diferenciam-se marcadamente da proposta que originalmente provocou a controvérsia.”¹⁰ Segundo Limoges¹⁰, durante uma controvérsia, o que ocorre é a negociação de acordos possíveis entre os vários aspectos considerados relevantes pelos diferentes participantes. Todos os atores envolvidos numa controvérsia contribuem para a dinâmica do debate, o que significa dizer que o ponto de vista dos *experts* não é o único discutido e aceito.

No que se refere ao uso de fármacos como coadjuvantes no processo de emagrecimento, não há consenso entre os especialistas, e as controvérsias relacionadas ao tema remontam às décadas de 1950/60, quando se popularizou o uso de anfetaminas.¹¹ Desde então, o debate sobre segurança/risco do uso de medicamentos emagrecedores vem mobilizando a comunidade científica e acarretando medidas regulatórias de naturezas diversas, à luz do conhecimento científico e do contexto sociopolítico de cada época. Esse é o caso da polêmica que envolve os medicamentos anfepramona, mazindol, femproporex e sibutramina, que ganhou maior visibilidade no Brasil a partir do ano de 2010.

Os inibidores de apetite à base de anfetamina (femproporex, anfepramona, mazindol) foram comercializados no Brasil durante mais de 30 anos. Já a sibutramina é um medicamento mais recente, cuja entrada no mercado brasileiro data de 1998.¹¹ Em 2010, a publicação do estudo Scout (Sibutramine Cardiovascular Outcomes), que avaliou o risco da utilização da sibutramina entre pacientes obesos, motivou um debate mundial sobre o perfil de segurança deste medicamento. No Brasil, a polêmica foi estendida, também, aos medicamentos à base de anfetamina, proibidos na Europa e nos Estados Unidos, mas largamente utilizados em nosso país até aquele momento.

Conduzido durante seis anos pelo laboratório Abbott, fabricante do produto, o estudo investigou os efeitos da sibutramina em aproximadamente 10 mil pacientes. Em resumo, os resultados demonstraram que o risco de desenvolver problemas cardiovasculares aumentou 16% entre os usuários da sibutramina e que apenas 30,4% dos pacientes tratados com o medicamento haviam perdido ao menos 5% do seu peso corporal.¹²

Com base no Scout, as agências reguladoras de medicamentos da Europa (European Medicines Agency - EMA) e dos Estados Unidos (U. S. Food and Drug Administration - FDA) determinaram o cancelamento do registro da sibutramina ainda em 2010. No Brasil, o impasse foi solucionado em 2011, com a decisão tomada pela Anvisa de manter a sibutramina no mercado, ampliando o controle sobre a venda desse produto, e de cancelar o registro dos três medicamentos à base de anfetamina mencionados anteriormente, por considerar que os riscos da utilização desses produtos superavam os benefícios. Naquele momento, o Brasil figurava como o terceiro maior consumidor de anorexígenos do mundo, e a sibutramina era o inibidor de apetite mais consumido no país.¹¹ No entanto, no ano de 2014, o Congresso Nacional apresenta um entendimento diferente em relação ao perfil de segurança/risco desses medicamentos e, por intermédio de um decreto legislativo, anula a resolução da Anvisa e autoriza a volta dos anorexígenos proibidos em 2011 ao mercado brasileiro.

No caso da polêmica relacionada à regulação dos medicamentos emagrecedores no Brasil, que começou em 2010 e que ainda hoje mobiliza inúmeros segmentos sociais, é possível destacar vários posicionamentos que não se restringem à dicotomia entre setores favoráveis ou contrários à proibição dos produtos. Para a agência governamental, a questão girava em torno do perfil de segurança dos medicamentos emagrecedores e sua eficácia no tratamento da obesidade, o que levou à consequente retirada desses produtos do mercado, ou seja, o cancelamento de seus registros no país. A indústria farmacêutica, nas poucas manifestações públicas que identificamos, entendia que bastava reforçar o rigor sobre a prescrição dos produtos e ampliar a fiscalização das classes médicas. Já os endocrinologistas questionavam a legitimidade da Anvisa para normatizar a questão e reivindicavam a autonomia do médico-prescritor em relação às opções terapêuticas dos pacientes. Alguns jornalistas associavam a ação da Anvisa a outras iniciativas de intervenção do Estado sobre a vida cotidiana das pessoas e criticavam o que consideravam abuso de poder da agência reguladora. Os usuários dos medicamentos, por sua vez, não formavam um grupo coeso e suas contribuições estavam muito associadas a experiências individuais com a utilização dos produtos. No caso da polêmica dos emagrecedores, alguns dos atores utilizaram estudos científicos para basear suas argumentações, como foi o caso da Anvisa e dos representantes das sociedades médicas, por exemplo, mas outros participantes do debate não tiveram acesso a essas fontes ou preferiram não referenciá-las. Entretanto, eles também fundamentam seus posicionamentos, mas com base na experiência, como é o caso dos usuários e, até mesmo, de alguns médicos.

Modo de ver e fazer

Este estudo parte de uma visão do jornalismo como discurso, uma prática social regrada, sempre imersa em relações de poder, que estabelece, em dado tempo, espaço e campo social, o que pode ser dito, por quem e de que forma.¹³ Desta perspectiva, o discurso não é apenas reflexo de uma realidade que lhe é anterior,

mas constitui-se em uma prática, a prática discursiva, que forma sistematicamente os sujeitos e os objetos sobre os quais fala. O discurso é, assim, o lugar do trabalho social de produção do sentido, e os textos - escritos, falados, imagéticos ou sob qualquer outra forma material - são seus exemplares empíricos.¹⁴

Nessa perspectiva, os sentidos não estão prontos nos objetos ou nas palavras, mas são produzidos em cada ato verbal, na copresença dos sujeitos, embora a eles não se restrinjam.¹⁵ Para Bakhtin¹⁶, todo enunciado é um elo na corrente que une outros enunciados, inclusive aqueles dispersos no tempo e espaço, e toda comunicação pode ser compreendida como um "diálogo", já que sempre responde a outro, refuta, confirma, antecipa respostas e objeções pessoais, procura apoio etc. A opção pela análise dos discursos midiáticos está ancorada, assim, na concepção desses discursos como uma prática social, modo de ação e de representação do mundo.¹⁷⁻¹⁹

É fundamental considerar, no entanto, que a despeito de seu inquestionável poder, os dispositivos midiáticos não são responsáveis isoladamente pelos sentidos produzidos sobre qualquer tema, mas são partes integrantes de macro e micro contextos que os atravessam e os constituem e que, simultaneamente, atravessam e constituem. Assim, em relação à controvérsia sob análise, os sentidos sobre risco que identificamos são vistos como resultado de uma série de parâmetros e coerções institucionais, históricas e sociais, ao mesmo tempo em que constituem e conformam a realidade em cada ato de fala, em cada discurso, em cada notícia publicada. Por isso, diz Bakhtin¹⁶, os sentidos não podem ser compreendidos e explicados fora do vínculo com a situação concreta.

A análise dos textos selecionados, com base no referencial teórico-metodológico da semiologia dos discursos sociais^{18,20}, busca identificar na superfície textual - texto, imagem ou qualquer outra materialidade significativa - os sentidos atribuídos ao risco nessa controvérsia, as vozes convocadas ou silenciadas e as estratégias discursivas mobilizadas. Analisando textos como exemplares empíricos de discursos, necessariamente híbridos, deixamos em suspenso a aferição de maior ou menor fidedignidade do discurso jornalístico a qualquer outro: à análise importa perceber os modos como tais narrativas são construídas - tanto pelo que incluem, quanto pelo que excluem - e podem se afirmar como verdadeiras a seus leitores.

A delimitação do *corpus* de análise

O sistema informatizado de *clipping* do Ministério da Saúde (MS) foi utilizado para o mapeamento e extração de notícias publicadas, no Brasil, sobre os inibidores de apetite, desde o início da discussão, em 2010. Na busca foram empregadas as palavras-chave emagrecedores, sibutramina e anorexígenos com o recorte temporal limitado aos anos de 2010 (início da discussão), 2011 (ano da tomada de decisão pela Anvisa), 2012, 2013 (ano em que a Anvisa conclui o processo de reavaliação da sibutramina e o projeto de decreto legislativo nº 1.123, que propõe a volta dos emagrecedores, inicia sua tramitação na Câmara dos Deputados) e 2014 (ano em que o Congresso Nacional anula a resolução da Anvisa e autoriza a volta dos anorexígenos ao mercado). Um total de 5.071 notícias referentes a todos os veículos de comunicação monitorados pelo serviço de *clipping* do MS (mídia impressa, rádio, televisão, e web - principais sites de notícias) foram identificadas na pesquisa.

Optamos por restringir nossa investigação aos jornais diários de maior circulação nacional, tanto por terem se destacado quantitativamente na cobertura do tema, como por serem reconhecidos como os principais jornais diários brasileiros. No serviço de *clipping* do MS, corresponderam a esses critérios os periódicos: Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Correio Braziliense, Valor Econômico e Brasil Econômico.

O objetivo de comparar os dois momentos-chave da tomada de decisão sobre os anorexígenos por si só já direcionou o nosso foco para os anos de 2011 e 2014. A resolução da Anvisa em 2011 e o fim do trâmite do projeto de lei no Senado Federal em 2014 foram identificados como dois momentos distintos de *fechamento da controvérsia*, cuja comparação nos permite identificar as contradições e embates

que levaram a entendimentos opostos no que diz respeito à avaliação de risco sobre os medicamentos emagrecedores. Para definir o recorte temporal, analisamos a cobertura de imprensa nos dois anos e, com o intuito de obter comparabilidade dos textos, estabelecemos os mesmos critérios de análise para as notícias de 2011 e 2014. Como o quantitativo de notícias em 2014 é muito inferior ao número publicado em 2011 e mais de 50% delas foram publicadas nos dias imediatamente posteriores à decisão, optou-se por investigar os dois períodos a partir dos textos produzidos nas semanas em que foram tomadas as decisões sobre os anorexígenos. A opção de considerar uma semana (período de sete dias) foi feita com base na análise do material empírico, que apontou desdobramentos da decisão da Anvisa e do Senado Federal três ou quatro dias após a data da tomada de decisão, com notícias sobre a intenção de o Conselho Federal de Medicina (CFM) impetrar ação judicial contra a Anvisa, em 2011, e sobre a reação da autoridade sanitária no que se refere ao ato do Legislativo, em 2014. No ano de 2011, a decisão sobre a liberação dos anorexígenos ocorreu no dia 4 de outubro, enquanto em 2014, a votação final do Senado se deu no dia 2 de setembro. Desse modo, foram analisadas as notícias publicadas de 3 a 9 de outubro de 2011 e de 1 a 7 de setembro de 2014.

Os textos recuperados da base de dados do sistema de *clipping* do Ministério da Saúde são matérias digitalizadas em PDF, por página, com indicação de editoria, centimetragem, e detalhamentos relativos ao posicionamento dos conteúdos (matéria de capa ou não, chamadas na primeira página, entre outras informações). Quando necessário, foram consultados, também, os sítios eletrônicos dos periódicos.

Cada texto foi analisado com o objetivo de responder aos seguintes questionamentos: quem são os sujeitos que os textos evocam para debater a temática dos emagrecedores? Como a controvérsia é retratada? Quem são as vozes que, nesses textos, ocupam o centro e a periferia do jogo discursivo? Existem vozes silenciadas? Que vozes são essas? Como o conceito de risco à saúde é apresentado? Quais são as concepções implícitas que os textos trazem sobre o fenômeno do risco? Como as questões relacionadas à obesidade são apresentadas? Como essas questões se relacionam com a discussão do risco? Procuramos identificar a pluralidade de sujeitos que compõem o ato discursivo, suas condições de produção e alguns dos mecanismos intertextuais (concepções implícitas, diálogo com outros discursos que não estão explícitos na superfície textual, etc.) que condicionam os processos de produção dos sentidos.

A partir da análise dos textos publicados sobre os inibidores de apetite naqueles dois anos, pode-se afirmar que cada jornal apresenta a controvérsia de uma maneira diferente, mobilizando as operações discursivas de acordo com seus objetivos prático-argumentativos. No retrato da controvérsia, são inúmeros os componentes que podem explicar as singularidades de cada jornal, como a linha editorial, a experiência dos autores com o tema ou o tempo dedicado à produção das notícias. Embora todos esses elementos sejam fundamentais para uma compreensão aprofundada sobre as estratégias discursivas, neste trabalho nos detivemos na maneira como a controvérsia foi retratada, tendo como ponto de partida a forma como os textos mobilizaram os sentidos sobre risco - conceito estratégico para a área da saúde e para a vida na sociedade contemporânea.

Principais características da cobertura jornalística em 2011 e 2014

A partir dos critérios definidos, foram identificados 29 textos. Ao excluir as notas publicadas em colunas, restaram 25, que constituíram o *corpus* principal da análise. Os textos de 2011 correspondem a 17 notícias dos jornais Folha de S.Paulo (sete), O Estado de S. Paulo (cinco), Correio Braziliense (duas), O Globo (duas) e Brasil Econômico (uma) que dizem respeito à decisão da Anvisa de proibir a comercialização dos medicamentos emagrecedores à base de anfetamina (anfepromona, mazindol e femproporex) e de manter o comércio da sibutramina no mercado brasileiro, com controle mais rígido sobre a venda do produto. Em 2014, são oito matérias em: O Globo (duas), Correio Braziliense (duas), Folha de S.Paulo (duas), O Estado de S. Paulo (uma) e Valor Econômico (uma). As notícias referem-se à aprovação do decreto legislativo

do Congresso Nacional que autorizou a volta dos medicamentos emagrecedores à base de anfetamina ao mercado brasileiro e suspendeu as restrições impostas à sibutramina.

O ano de 2011

Há mais recorrências do que divergências na cobertura noticiosa realizada por cada jornal sobre a controvérsia em relação aos anorexígenos. Para abordá-las, apresentaremos um resumo da análise, começando pelo jornal Folha de S.Paulo. Dos sete textos, seis foram publicados na editoria Saúde, além de um artigo de opinião assinado pelo articulista Hélio Schwartzman, que escreve semanalmente para o jornal. Na editoria Saúde, quatro notícias são assinadas pela jornalista Johanna Nublat e há dois depoimentos atrelados a uma dessas notícias, mas diagramados separadamente na página como dois pequenos artigos, com posicionamentos opostos sobre a questão dos emagrecedores.

As notícias da Folha relatam a controvérsia dos emagrecedores sob o ponto de vista político, enfatizando o embate de especialidades (principalmente entre sanitaristas e a classe médica); o caráter pouco consensual do processo de decisão na Anvisa, ao destacar a divergência de votos entre os diretores e a mudança de posição da Agência durante o processo de discussão em relação à sibutramina; e a inaptidão da autoridade sanitária para conduzir as discussões. A ênfase nas disputas de interesse e no descontentamento da classe médica com a decisão da autoridade sanitária é recorrente, como verificamos na matéria Anvisa decide hoje veto a emagrecedores²¹, publicada no dia 4 de outubro, que anuncia a tomada de decisão e rotula a polêmica como “Cabo de Guerra”, fazendo uso de vocabulário bélico para nomear os embates relativos aos inibidores, recurso frequentemente utilizado pelo jornal ao abordar temáticas de saúde. Além de destacar as disputas de interesse que envolvem o tema, há, nos textos analisados, um tom crítico em relação ao papel da Anvisa e à morosidade com que o caso foi conduzido, como podemos averiguar neste trecho de abertura da matéria de 4 de outubro: “Depois de *adiada duas vezes neste ano*, a decisão sobre banir ou não a venda dos inibidores de apetite no país *deve* ser tomada hoje pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)”.²¹ [grifos nossos].

Outro aspecto destacado pelas matérias da Folha é o caráter frágil e pouco preciso da decisão da agência reguladora, e a dificuldade de se definir o *risco* no caso dos emagrecedores. Algumas das perguntas destacadas pelo jornal em entrevista com o diretor-presidente da Anvisa, publicada no dia 8 de outubro e intitulada Venda de emagrecedores é abusiva e crescente no país²², evidenciam essa posição, presente também nos outros textos do jornal que analisamos: “Uma câmara técnica da Anvisa foi contra a sibutramina. Não era melhor discutir mais até ter amplo apoio?”; “Se EUA, Europa e outros baniram a sibutramina, por que o Brasil está certo em liberar?”. As respostas do diretor-presidente da Anvisa, por sua vez, ratificam o caráter transitório e contextual da avaliação de risco que norteou a decisão brasileira no caso da sibutramina: “Você pode adotar uma ou outra posição com os dados colocados [] Não é uma questão de estar certo ou errado, é questão de ter oportunidade de fazer ou não”.²²

Nesse sentido, embora a temática do risco não seja o que primeiro conseguimos depreender da superfície textual, ficando muitas vezes encoberta pelo discurso político, observamos que há um discurso implícito, naturalizado, de que é fundamental estabelecer uma *autoridade* para definir o *risco*, que parece ser visto como algo objetivo, palpável, mensurável, universal, exigindo uma atuação mais qualificada tanto da autoridade sanitária como das sociedades médicas. No artigo Uma questão de peso, de Hélio Schwartzman²³, essa perspectiva fica evidente:

“Se a agência insiste tanto em limitar e regular a oferta de anorexígenos, é porque chegou à conclusão de que os médicos, como categoria, não são muito confiáveis para prescrever remédios, pois receitam qualquer coisa para qualquer um, justificando assim medidas radicais. É até possível que isso seja verdade, mas,

nesse caso, o que temos é uma das principais autoridades sanitárias do país afirmando nas entrelinhas que não podemos confiar nos médicos. Não é lá uma mensagem muito alentadora”. [grifos nossos]

Nos textos publicados pela Folha, encontramos a preponderância de *experts* e fontes institucionais, como representantes da Anvisa, do CFM, do Ministério Público. Essa é uma característica da maioria dos textos, em todos os jornais estudados. São poucas as matérias que incluem o depoimento de pacientes ou de usuários dos emagrecedores. No caso da Folha, isso também acontece. Apenas a matéria de capa Anvisa libera sibutramina e veta três emagrecedores²⁴, publicada no dia 5 de outubro, destaca o depoimento de leigos (mulheres que fizeram uso dos anorexígenos).

O pouco espaço dado à experiência de indivíduos com o uso de emagrecedores resulta, também, numa abordagem técnica da obesidade, cujo caráter epidêmico é referenciado pelos especialistas (a maioria médicos) contrários à proibição dos emagrecedores, como razão suficiente para a manutenção dos medicamentos no mercado. Por outro lado, mesmo quando não há alusão explícita à enfermidade, os textos partem do pressuposto de que a obesidade se constitui em um importante fator de risco e exige controle por parte das instituições, profissionais de saúde e indivíduos. Não se questiona os malefícios decorrentes do excesso de peso e a necessidade de tratá-lo. O debate que os textos constroem, tendo como foco principal os emagrecedores, gira em torno da maneira adequada de tratar as complicações decorrentes do excesso de peso: com ou sem auxílio de medicamentos.

As notícias do jornal O Estado de S. Paulo apresentam uma abordagem similar à cobertura realizada pela Folha, mas centrada de maneira mais contundente nas críticas às contradições e incoerências do processo conduzido pela Anvisa. A matéria de capa Anvisa mantém emagrecedor polêmico²⁵, publicada no dia 5 de outubro, é a que aborda com mais detalhes os trâmites para a tomada de decisão, mas todos os outros cinco textos trazem críticas diretas ou indiretas à agência reguladora e à forma como atuou no caso dos emagrecedores. Assim como aconteceu com os textos da Folha de S. Paulo, o foco da cobertura que O Estado de S. Paulo realiza, em 2011, não é centrado nos debates mais específicos da saúde. Os textos não exploram a polêmica por meio da discussão de risco que envolve o consumo de emagrecedores em todo o mundo, mas destacam os conflitos de interesses, as indefinições do corpo diretivo e técnico da Anvisa, e insinuam que o recuo da agência em relação à sibutramina ocorreu devido à pressão, à articulação política da classe médica junto aos dirigentes do órgão regulador.

Destacamos trechos de três matérias diferentes que evidenciam essa maneira de abordar a controvérsia pelo jornal O Estado de S. Paulo: 1 - “Depois de meses de discussão, no entanto, a história mudou de rumo. Dentro da própria Anvisa ainda não há consenso sobre o destino desses medicamentos”²⁶; 2 - “Diante da polêmica, duas audiências públicas foram realizadas e, nesse processo, houve uma reviravolta na posição da Anvisa”²⁷; 3 - “O anúncio gerou reação de entidades médicas. Duas audiências públicas foram realizadas e a posição da Anvisa, inicialmente favorável à proibição dos remédios derivados da anfetamina e da sibutramina, mudou”.²⁵ Como podemos verificar nesses trechos, há, nos textos do Estadão, uma forte ênfase nas mudanças de posicionamento da Anvisa durante o processo de discussão.

As discussões relativas ao risco não assumem protagonismo nos textos de O Estado de S. Paulo analisados. A cobertura que o periódico realiza da controvérsia dos emagrecedores não oferece ao leitor certezas em relação ao binômio risco/benefício do consumo de emagrecedores, e essa não parece ser a preocupação do jornal, como percebemos na abordagem da Folha de S. Paulo. Por outro lado, os recursos argumentativos que utiliza buscam desconstruir a imagem da Anvisa, questionando a seriedade e a competência da autoridade sanitária ao conduzir o processo de regulação dos inibidores de apetite. No entanto, embora o risco não seja o foco da cobertura, a utilização da expressão “riscos à saúde” é recorrente para abordar a decisão da Anvisa e aparece de forma genérica para justificar as opções regulatórias, como podemos ver neste trecho da matéria Anvisa libera sibutramina e proíbe outros emagrecedores, publicada em 4 de outubro: “A

decisão encerra uma discussão que se *arrasta* desde fevereiro, quando a Anvisa lançou a proposta de *banir* os inibidores de apetite, com base em parecer da Câmara Técnica de Medicamentos (Cateme), por causa dos riscos à saúde”²⁷. [grifos nossos]

A maneira naturalizada com que O Estado de S. Paulo utiliza a expressão “riscos à saúde” pressupõe um entendimento prévio por parte do leitor e evidencia a centralidade que as questões de saúde assumem nos dias de hoje. A necessidade de vigilância constante sobre os hábitos e produtos que possam provocar danos à saúde apresenta-se, a nosso ver, como um discurso absoluto nos textos do periódico e a palavra risco, quando empregada, parece não exigir explicações, congregando uma série de sentidos: perigo, possibilidade de ocorrência de um evento adverso particular, medida de vulnerabilidade, entre outros.

Em relação às vozes convocadas pelo jornal para compor a cena discursiva, também identificamos uma prevalência de fontes institucionais, assim como nos textos da Folha de S.Paulo. Além disso, há uma clara repetição dos enunciadores apontados pelas matérias, com destaque para a Anvisa e o Conselho Federal de Medicina, citados na maioria dos textos. Essa forma de abordar a controvérsia resulta em uma representação polarizada da questão dos emagrecedores e limitada ao conflito de interesses entre a Anvisa e a classe médica (CFM). Embora durante o processo de discussão relativo aos emagrecedores tenhamos observado, de fato, uma polarização do debate entre aqueles que se diziam favoráveis e aqueles que se manifestavam como contrários à proibição dos medicamentos, no que se refere aos grupos envolvidos com a controvérsia, identificamos uma multiplicidade grande de atores durante o processo de pesquisa, o que não condiz com o cenário apresentado nas notícias. Como exemplo, podemos citar os usuários de emagrecedores, os representantes do Ministério da Saúde e de outras instituições, como a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso) e a Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag).

Os jornais O Estado de S. Paulo, assim como a Folha de S.Paulo não dão espaço para a manifestação de pessoas que fizeram uso de emagrecedores. As experiências individuais do público leigo não são destacadas por nenhuma das cinco notícias publicadas por O Estado de S. Paulo na semana de 3 a 9 de outubro. As afirmações relativas à obesidade e ao perfil de segurança/risco dos emagrecedores são fornecidas por *experts* convocados pelo jornal, o que confere um tom especializado, *técnico*, às notícias, embora não haja destaque para as controvérsias científicas relacionadas ao risco do consumo de emagrecedores e, sim, aos conflitos políticos que conformaram a tomada de decisão. Esse tom especializado é reforçado pelo uso sistemático de infográficos que detalham a ação dos emagrecedores no cérebro e pode ser atestado pelos depoimentos dos *experts* entrevistados. Esse recurso também reforça o lugar da Folha, que assume o papel pedagógico. De acordo com a nossa leitura, esses depoimentos mostram-se ancorados em uma série de matrizes culturais que reiteram o caráter patológico do excesso de peso e a medicalização da vida, como podemos depreender destes trechos: 1 - “Presentes no mercado brasileiro há mais de 30 anos para redução do apetite, a agência alega que esses medicamentos não reúnem estudos suficientes que comprovem sua eficácia e segurança”²⁵; 2 - “A agência *não extrapolou* sua competência, mas deixou de ouvir a comunidade médica. Nada comprova que os derivados de anfetamina são prejudiciais à saúde”²⁸ [grifo nosso]; 3 - “O anúncio na época provocou uma forte reação de entidades médicas, que alegavam a importância do uso dos remédios para pacientes com dificuldades de emagrecimento”.²⁷ Interessante perceber que, em nenhum dos textos analisados, a leitura aponta para uma crítica ao uso de medicamentos para a redução de apetite, mas para a necessidade de que sejam realizados estudos adequados para garantir a eficácia desses produtos. Importante notar, no enunciado 2, a posição assumida pelo enunciador, de julgar a atuação da agência.

A cobertura feita pelo Correio Braziliense sobre a decisão relativa aos emagrecedores também obedece ao mesmo padrão identificado nos dois jornais de São Paulo: matérias com foco nos conflitos de interesses em detrimento das discussões mais específicas da saúde; redução da controvérsia ao embate entre Anvisa e CFM; utilização de fontes institucionais como enunciadores; discurso do risco implícito e subjacente à cobertura factual da tomada de decisão. No entanto, na matéria de capa publicada pelo Correio, percebe-

mos uma singularidade na forma de abordar a questão do risco. Ao citar as diferenças de interpretação em relação ao risco do consumo da sibutramina nos outros países, o jornal trata com naturalidade as diferentes concepções de risco e opções regulatórias existentes, sem criticar essa dinâmica. Seus recursos argumentativos foram utilizados para criticar a decisão da Anvisa em relação aos medicamentos à base de anfetamina, tendo como principal argumento o caráter epidêmico da obesidade. De fato, o *Correio Braziliense* é um dos jornais que mais reproduz o discurso médico em relação aos perigos da obesidade: “Vivemos em um país com 15% de obesos e 48% de pessoas com sobrepeso, segundo o Ministério da Saúde. Essas pessoas precisam de tratamento para evitar as graves consequências da obesidade”.²⁹ “A decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) [] vai atingir 1,1 milhão de brasileiros”.³⁰

Já as duas notícias publicadas pelo jornal *O Globo* na semana da tomada de decisão da Anvisa apresentam características que as diferenciam em alguns aspectos das matérias dos outros periódicos analisados. Centrada especificamente na opção da Anvisa pela manutenção da sibutramina no mercado brasileiro, a cobertura de *O Globo* apresenta um tom crítico em relação à medida e busca caracterizar a decisão da agência reguladora brasileira como frágil, confusa e movida por interesses econômicos e não de saúde. A matéria *Decisão sobre uso de emagrecedores divide médicos*, publicada no dia 9 de outubro, é o único texto, entre os 17 analisados em 2011, que faz referência a um possível lobby de fabricantes: “A medida gerou briga entre médicos. Agora o paciente, com aval médico, assume por sua conta a decisão de tomar o remédio. Há quem atribua a liberação a lobby de fabricantes”.³¹ A matéria *Anvisa dá licença à droga banida nos EUA*, publicada no dia 5 de outubro, logo após o anúncio da tomada de decisão da Anvisa, também explora dados que evidenciam o lucrativo mercado que a venda de emagrecedores movimenta no Brasil: “O Brasil é um dos maiores mercados do mundo para medicamentos contra a obesidade. Em 2010, o país consumiu mais da metade das 5,6 toneladas de sibutramina produzidas no mundo”.³²

É importante destacar a ausência desses setores e seus representantes na controvérsia, tal como construída nos jornais analisados. Mesmo *O Globo* não os ouve e atribui a um sujeito indeterminado a possibilidade da participação de laboratórios farmacêuticos no episódio.

Além de dar ênfase aos aspectos econômicos que o consumo de emagrecedores envolve □ questão negligenciada pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, a cobertura de *O Globo* também se diferencia das demais por convocar enunciadores distintos dos mais comumente referenciados nas matérias. O médico Marcio Mancini, chefe do Grupo de Obesidade do Hospital das Clínicas da USP, e o endocrinologista Amelio Godoy-Matos, por exemplo, são fontes citadas apenas nos textos de *O Globo*. As matérias do jornal, no entanto, não deixam de incluir os enunciadores institucionais que se repetem nos outros jornais, como a Anvisa e o CFM.

Em relação ao risco, a abordagem de *O Globo* é similar à dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. A palavra risco é utilizada, nos textos, com três acepções: como sinônimo de perigo, como medida de vulnerabilidade, relacionando diferenciais de morbidade entre grupos, e como possibilidade de ocorrência de um evento adverso particular (no caso, problemas cardiovasculares). Embora presente, a discussão sobre o risco do consumo de sibutramina não assume protagonismo, uma vez que os textos buscam destacar a decisão “equivocada” da Anvisa, o que faz com que o discurso que valoriza os embates e os conflitos de interesse se sobreponha à discussão epidemiológica em si. Da mesma forma, as referências à obesidade são poucas e sempre associam o excesso de peso a condutas de risco, embora não se explore com mais profundidade a questão.

A notícia publicada no jornal *Brasil Econômico* é a única que não repercute a tomada de decisão a partir dos conflitos de interesses envolvidos na regulação dos emagrecedores. No texto *Bom para quem faz sibutramina*, publicado no dia 5 de outubro, há apenas menção à oposição da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso) e do Conselho Federal de Medicina (CFM) à proibição dos emagrecedores à base de anfetamina. A abordagem do texto é econômica, seguindo a linha editorial

do jornal, e centrada no aumento da venda da sibutramina após a proibição dos inibidores anfepramona, femproporex e mazindol, como observamos no seguinte trecho: “Com a proibição para outros produtos, a venda de sibutramina deve crescer, voltar ao patamar de US\$ 90 milhões no mercado brasileiro. Havia caído para US\$ 50 milhões, diz a gerente de marketing da Torrent, Aline Butinhão”.³³

Com foco bastante diferente dos demais jornais, a curta matéria do Brasil Econômico não traz, explícita ou implicitamente, a discussão de risco relacionada aos emagrecedores ou à obesidade. Além disso, mobiliza enunciadores que não são referenciados em nenhum outro texto, como o vice-presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos e a gerente de marketing da Torrent. Esta é, de fato, a única matéria na qual identificamos a manifestação direta de representantes da indústria farmacêutica. Os depoimentos destacados abordam aspectos financeiros, sem discutir qualquer questão relacionada com o perfil de segurança/risco dos emagrecedores.

O ano de 2014

Na semana de 1 a 7 de setembro de 2014 foram publicadas oito notícias que abordaram a temática dos emagrecedores nos jornais diários impressos que classificamos, para fins metodológicos, como de circulação nacional. Foram duas matérias publicadas no jornal O Globo, duas no Correio Braziliense, duas no periódico Folha de S.Paulo, uma em O Estado de S. Paulo e uma no Valor Econômico. Entre os jornais pesquisados, apenas o jornal Brasil Econômico não publicou notícias sobre o tema. Diferentemente do que aconteceu em 2011, no ano de 2014 o jornal que deu mais destaque para a controvérsia dos inibidores de apetite foi o Correio Braziliense, com a publicação de duas matérias de capa sobre o tema.

Naquele ano, a cobertura do Correio Braziliense foi estruturada em apoio à decisão do Congresso Nacional de cancelar a resolução da Anvisa e liberar o comércio de emagrecedores no Brasil. As duas matérias que tratam da questão apresentam o discurso do risco associado aos malefícios do excesso de peso e reproduzem a crença, já institucionalizada, no caráter epidêmico da obesidade. A relação entre magreza e saúde e, por outro lado, entre gordura e doença é reiterada ao longo dos dois textos por intermédio de afirmações dos enunciadores e pela forma como o texto é organizado, como podemos evidenciar nos seguintes trechos da matéria Inibidores de apetite voltarão ao mercado: 1 - presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM): “[o uso de inibidores de apetite] É uma *arma terapêutica* que cabe muito bem em alguns pacientes” [grifo nosso]; 2 - senador Valadares: “Valadares disse ter certeza do *clamor da população obesa* pela volta dos medicamentos e lembrou que o excesso de peso pode levar a males mais graves”.³⁴ [grifo nosso] A prevalência de *experts* e fontes institucionais mantém-se como característica da cobertura desde 2011, embora no ano de 2014, na matéria Emagrecedores serão reavaliados na Anvisa³⁵, haja destaque para a experiência de um indivíduo que, em depoimento emocionado, se diz livre da morte pelo uso de anfetamínicos. Ficam evidentes nos dois textos analisados o direcionamento da lógica do risco para a obesidade e não para o consumo dos emagrecedores, fortalecendo o discurso da medicalização.

Em geral, os textos publicados em 2014 centram suas estratégias discursivas no relato do processo dos emagrecedores do ponto de vista legislativo e não sanitário. O foco é o trâmite do projeto de decreto legislativo no Congresso Nacional e a divisão entre parlamentares favoráveis e contrários ao projeto. Isso foi observado nas matérias do Correio Braziliense e, também, no texto publicado por O Estado de S. Paulo. No caso do jornal O Globo, essa estratégia fica evidente na matéria Aprovada a venda de inibidores de apetite no país³⁶, publicada no dia 3 de setembro. Com exceção da Anvisa, todos os demais enunciadores convocados nesse texto eram parlamentares. Já na matéria Inibidores: até 8 meses para voltar ao mercado, publicada no dia 4 de setembro pelo mesmo jornal, o foco é o posicionamento da classe médica frente à questão, com destaque para a fala de médicos favoráveis à decisão do Congresso, como neste trecho: “O médico volta a ter mais ferramentas para tratar a obesidade. Os senadores escutaram os médicos”.³⁷ De fato,

nessa matéria, é concedido claro privilégio ao discurso médico que entende a obesidade como uma epidemia, o que justificaria, do ponto de vista dos entrevistados, a adoção de todas as opções terapêuticas disponíveis para tratar o excesso de peso. É interessante perceber a naturalidade com que os enunciadores demonizam a gordura corporal e como a questão estética se mistura ao discurso sanitário, alçando o corpo magro a um lugar sagrado e almejado, por meio do qual seria possível alcançar garantias de uma vida com saúde.

Outro ponto comum à maioria das matérias publicadas em 2014 é um certo apagamento do papel/autoridade da Anvisa na condução da controvérsia dos emagrecedores. Ao centrarem a cobertura no processo de votação do Senado Federal e no trâmite que seguiu o projeto de decreto legislativo no Congresso, os textos dão pouco espaço para a argumentação da autoridade sanitária e transformam os parlamentares em protagonistas da cena discursiva. O trecho a seguir, da matéria Aprovada a venda de inibidores de apetite no país, publicada no dia 3 de setembro pelo jornal O Globo, é um exemplo dessa forma de retratar a controvérsia: “O projeto para liberar o consumo de medicamentos proibidos pela Anvisa foi apresentado pelo deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), candidato a vice-presidente na chapa encabeçada pela ex-senadora Marina Silva. O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), recomendou à bancada do partido a votar contra”.³⁶

No entanto, o jornal Folha de S.Paulo não segue esse padrão, talvez pelo fato de a autora das duas matérias publicadas em 2014 ser a mesma que assina as matérias publicadas em 2011, o que à primeira vista pode parecer um condicionante pouco importante, mas que identificamos como um aspecto significativo para que o histórico do longo processo de discussão não tenha se perdido na cobertura factual da votação do tema pelo Congresso Nacional. Na matéria de capa, a Folha apresenta a controvérsia dos emagrecedores em 2014 como uma *nova* polêmica: o conflito sobre as fronteiras que delimitam a competência legal da Anvisa, de um lado, e a do Poder Legislativo, de outro. Nesse sentido, os dois textos publicados pelo periódico na semana analisada se complementam. O primeiro texto, a matéria de capa Senado libera inibidores de apetite vetados em 2011³⁸ apresenta em destaque a argumentação da Anvisa. Já a segunda matéria – Não vivemos ditadura das agências reguladoras, afirma vice de Marina³⁹ –, publicada pelo jornal no dia 6 de setembro, traz o posicionamento do autor do projeto no Congresso, o deputado Beto Albuquerque. Mais uma vez, assim como nos textos de 2011, a discussão não está centrada nos riscos do consumo de emagrecedores, mas nos conflitos de interesse e embates do ponto de vista político. Em 2014, no entanto, o deslocamento e a referência política tornam-se literais: o tema é objeto de projeto de lei no Congresso.

De fato, o discurso do risco está presente em todos os textos analisados, mas não assume centralidade na cobertura de imprensa do caso dos emagrecedores. Nas matérias de 2014, é ainda mais difícil identificar referências aos questionamentos relativos ao perfil de segurança/risco dos anorexígenos ou aprofundamento das discussões mais específicas da saúde. A lógica do risco, no entanto, permeia todos os textos e é subjacente aos discursos relativos à obesidade e até mesmo às afirmações que sugerem a intromissão do poder legislativo ou a incapacidade regulatória da Anvisa. Em última instância, a reflexão sobre a autoridade para definir o risco no caso dos emagrecedores (Anvisa? médicos? parlamentares? indivíduo?) também tem por objetivo a redução de danos à saúde e, assim, mesmo que de forma implícita, obedece à lógica contemporânea de contínuo controle/vigilância sobre os riscos.

Assim como em 2011, nas matérias de 2014, há uma prevalência de *experts* e fontes institucionais entre os enunciadores convocados pelos jornais. No entanto, nos textos de 2014 são os parlamentares que assumem o protagonismo da cena discursiva e dão voz ao discurso médico e científico, como podemos observar nesse trecho da matéria do jornal O Estado de S. Paulo: “Na justificativa, [o deputado] Albuquerque argumentou que a liberação dos inibidores é importante para o tratamento da obesidade e de doenças correlatas. Para ele, em muitos casos apenas dietas e exercícios não produzem bons resultados no tratamento”.⁴⁰ Por outro lado, identificamos nos textos de 2014 mais referências diretas ao possível lobby da indústria farmacêutica, como podemos atestar nas matérias do Correio Braziliense³⁴ e do jornal O Globo³⁶. As afirmações que sugerem a atuação da indústria farmacêutica, quando aparecem nos textos, são sempre atribuídas à voz de

um dos enunciadores, como neste trecho: “Segundo o senador [Humberto Costa], o Senado cometeu uma temeridade ao liberar medicamentos proibidos com base em pareceres técnicos da Anvisa [...] ‘Há um lobby pesado da indústria farmacêutica nisso aí’ - disse o senador”.³⁶

A única matéria publicada pelo jornal Valor Econômico, Lei Geral das Religiões fica fora da pauta depois de anunciada como prioridade⁴¹, publicada na editoria Eleições 2014, apenas cita a aprovação do projeto de decreto legislativo pelos senadores ao abordar os assuntos que entraram em pauta e que foram votados pelo Congresso Nacional no período que antecedeu as eleições presidenciais. O tema dos emagrecedores não é o foco principal da matéria e consta do texto como a proposta mais polêmica tratada pelo plenário no período de esforço concentrado.

Onde está o risco?

As marcas destacadas na seção anterior já antecipam elementos de nossa discussão, que retomamos a seguir em três eixos: os sentidos do risco, a forma como os textos abordam a obesidade, e as fronteiras entre saúde e política na construção da controvérsia. São essas as questões que problematizaremos a seguir.

O discurso do risco

Sintoma da contemporaneidade destacado por inúmeros autores, como Ulrich Beck⁴² e Anthony Giddens⁸, a lógica do risco mostra-se, nos textos analisados, como um discurso absoluto - aquele que vê apagar sua contextualização histórica e social e se impõe a quem escreve como algo que sempre existiu. A partir das marcas deixadas na superfície textual, como descrevemos nas seções anteriores, é fácil identificar a naturalização desse discurso que postula o controle e a vigilância de comportamentos cotidianos como forma de prolongar a existência e reduzir riscos. Independentemente do jornal analisado e a despeito das diferenças relacionadas ao posicionamento ideológico do periódico em relação à questão dos emagrecedores, identificamos, assim, a primeira recorrência entre os jornais do ponto de vista discursivo. O discurso do risco apresenta-se nas entrelinhas, na fala de enunciadores que não abordam diretamente a temática do risco, mas que fundamentam seus posicionamentos e afirmações a partir de uma ótica riscofóbica, na busca incessante da administração do porvir a partir da mensuração cotidiana e cuidadosa de ganhos e perdas.

No entanto, no início desta pesquisa, esperávamos encontrar, nas notícias, mais referências ao risco diretamente relacionadas à saúde, principalmente do ponto de vista epidemiológico, já que a controvérsia dos emagrecedores se expressa no ambiente científico, a partir do debate em relação ao perfil de segurança/risco desses medicamentos. Nesse sentido, a análise dos textos nos surpreendeu, uma vez que a maioria das matérias suprime as controvérsias científicas e justifica as decisões regulatórias sob o ponto de vista das disputas em relação à autoridade. Em 2011, a avaliação de risco que leva à proibição dos medicamentos à base de anfetamina e ao estabelecimento de maior rigor para a venda da sibutramina é retratada como resultado do embate de especialidades, principalmente entre a Anvisa (identificada nos textos como representante dos sanitaristas) e a classe médica. Em 2014, a decisão pela liberação da venda desses anorexígenos é reivindicada pelo próprio Congresso Nacional. Os argumentos científicos decididamente não ocuparam lugar de destaque para sustentar as decisões contra ou a favor do uso de tais medicamentos. Já os epidemiológicos foram convocados para reforçar a necessidade de seu uso, frente à obesidade, problema considerado mais grave.

Ao abordarem a controvérsia dos emagrecedores, os jornais não privilegiam o risco envolvido no uso dos emagrecedores em si, mas, sim, os conflitos de interesses, as disputas entre especialidades, as contradições e embates que permeiam o processo de discussão. Alguns textos, inclusive, como a matéria de capa do Correio Braziliense em 2011, tratam com naturalidade a inexistência de uma verdade absoluta sobre o binômio segurança/risco no que se refere ao consumo de tais substâncias e dão destaque para a dimensão

contextual que é inerente a decisões desse tipo. Isso não quer dizer que os textos não façam referência ao conceito de risco ao abordarem, por exemplo, os resultados do estudo Scout, a justificativa para a tomada de decisão da Anvisa ou os perigos do excesso de peso, mas esse não é o foco da cobertura.

Como mostramos, o termo risco é utilizado em diferentes acepções. Não há preocupação com uma delimitação conceitual rígida, o que pode ser explicado pelo caráter exotérico dos discursos midiáticos, que buscam atingir um público universal e não especializado. Segundo Adriano Duarte Rodrigues⁴³, a mídia faz uma espécie de tradução dos discursos esotéricos das instituições de forma a torná-los inteligíveis para os seus públicos. Desta forma, o que se torna prioridade é a clareza da linguagem em prol do entendimento do público. Isso não deve obscurecer o fato de que a maior ou menor precisão é variável e deve ser considerada.

O lugar da obesidade

Outra recorrência identificada na cobertura realizada pelos jornais diários que analisamos é a representação da controvérsia a partir de uma perspectiva coletiva, associada majoritariamente à decisão regulatória (que atinge indivíduos, mas é planejada e direcionada para uma coletividade) de proibição ou liberação dos emagrecedores. A maioria dos textos analisados não valoriza o indivíduo na descrição da controvérsia, o que também se apresenta como diferencial da cobertura dos emagrecedores em relação a grande parte das notícias sobre saúde que fazem uso sistemático de narrativas pessoais para contar as *histórias* relacionadas aos processos saúde-doença. No caso das matérias sobre os anorexígenos, identificamos poucos depoimentos de pessoas que fizeram uso de emagrecedores, que utilizaram estratégias para driblar a obesidade ou, simplesmente, que se posicionaram a favor ou contra a proibição desses medicamentos. As vozes referenciadas pelos textos, em sua maioria, representavam os interesses e/ou posições de alguma associação, empresa ou órgão público, como a Anvisa, o Conselho Federal de Medicina, o Senado Federal, o Ministério Público, entre outros.

A preferência pela convocação de fontes institucionais resulta numa cobertura pouco personalizada, centrada no discurso de especialistas e que aborda a obesidade a partir da perspectiva de médicos, diretores da Anvisa e representantes das instituições envolvidas com o tema. O *obeso* não tem espaço para a voz na maioria dos textos analisados. Por outro lado, assim como observamos com a lógica do risco, é indiscutível a naturalização do discurso que associa gordura e doença de um lado e magreza e saúde de outro. O caráter patológico da obesidade é um pressuposto comum a todos os textos, um discurso naturalizado, assim como o entendimento de que a intervenção faz-se necessária para mitigar os riscos associados ao excesso de peso.

De fato, nos textos, a constituição da obesidade como fator de risco e, conseqüentemente, como fenômeno passível de intervenção envolve sempre o consumo de alguma mercadoria, seja um medicamento emagrecedor, uma cirurgia para redução de estômago ou a regulação de padrões de comportamento/consumo existentes, como a dieta saudável ou a prática regular de atividade física. Não tratar a obesidade com alguns dos recursos disponíveis não se apresenta como opção. Além disso, observamos que sempre quando há alguma alusão a pessoas que sofrem de obesidade (mesmo que seja apenas uma ilustração, uma imagem, não necessariamente um depoimento), essa referência está, na maior parte dos textos, associada à figura feminina. A dimensão estética se confunde com a dimensão da saúde e as fronteiras que delimitam uma e outra se esvaem no discurso que demoniza a gordura e o obeso e supervaloriza o corpo magro como sinônimo de saúde e beleza.

Como afirmam Jana Evans Braziel & Kathleen LeBesco⁴⁴, a introdução de novas drogas, independentemente dos efeitos colaterais e riscos potenciais, tornam-se sucesso em um mercado dirigido pelo desprezo ao *enorme (huge)* e com menos restrições proscritivas e prescritivas. A concepção da obesidade como uma doença crônica traz associada a ideia de que esse agravo requer um tratamento por toda a vida. Assim, como observamos nas notícias analisadas, o apelo à cultura terapêutica e à importância da intervenção são

práticas já disseminadas socialmente, alimentadas ainda mais por uma indústria lucrativa de produtos e procedimentos para o controle do peso.

É importante ressaltar que, assim como ocorre com o discurso do risco, que não assume protagonismo na cobertura dos jornais diários sobre os emagrecedores, a obesidade também não ocupa o centro da cena discursiva. No entanto, a associação entre obesidade e doença é a base, naturalizada, sobre a qual se assentam outros discursos e os próprios enquadramentos privilegiados pelos jornais, de forma mais ou menos explícita. Esta associação permeia todos os textos como uma marca ideológica do nosso tempo.

Uma questão de política ou de saúde?

Já destacamos exaustivamente o fato de a cobertura relativa aos emagrecedores valorizar os conflitos de interesses entre os atores envolvidos com a questão em detrimento das discussões mais específicas sobre saúde. Se, por um lado, as notícias omitem as controvérsias científicas relacionadas ao tema, por outro, destacam os embates entre a autoridade sanitária, os médicos, os parlamentares, entre outros. O foco das matérias, tanto em 2011 como em 2014, são as disputas travadas entre esses sujeitos e não as controvérsias relativas ao risco da utilização dos emagrecedores. Embora essa seja uma diferença sutil, o resultado é uma cobertura em que o risco apresenta-se como uma espécie de cenário para o debate público de questões de cunho político-social mais amplas. Os limites do poder regulatório da Anvisa, a crise da autoridade médica, a relação conflituosa entre Poder Legislativo e Poder Executivo, a *fúria regulatória* da Anvisa sobre as liberdades individuais são algumas das discussões que os textos trazem e que assumem o centro da cena discursiva.

Nesse sentido, é interessante perceber que a reviravolta no entendimento sobre o risco do consumo de emagrecedores não é problematizada pelas notícias de 2014. A decisão oposta à de 2011 no que se refere à avaliação de risco é apresentada pelos jornais com naturalidade, sem questionamentos quanto à validade dessas análises que resultaram em direcionamentos tão díspares no que se refere ao risco de utilização dos quatro inibidores de apetite. Como apontamos anteriormente, muitas notícias de 2014 apenas citavam a resolução da Anvisa que foi anulada pela decisão do Congresso e davam destaque para a argumentação dos parlamentares favoráveis e contrários ao parecer do relator. A discussão de risco nos textos resta, portanto, esvaziada.

Da mesma forma, o foco nos conflitos de interesses faz desaparecer a dimensão mercadológica inerente aos produtos que constituem a razão da controvérsia, os emagrecedores anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina. São poucas as referências ao lucrativo mercado que esses medicamentos movimentam no Brasil, fato que está associado a outra ausência identificada a partir da análise: o silêncio da indústria farmacêutica. A omissão dos fabricantes desses medicamentos pode ser observada tanto durante o processo de discussão que analisamos durante a pesquisa⁴⁵ (cena social) quanto na leitura das notícias produzidas sobre o tema (cena discursiva). Identificamos, principalmente na cobertura de 2014, algumas alusões ao lobby da indústria farmacêutica na fala de enunciadores convocados pelos jornais, mas nenhum posicionamento dos representantes da indústria para contestar ou esclarecer essas acusações. A única matéria na qual identificamos a manifestação direta de representantes da indústria farmacêutica, Bom para quem faz sibutramina, foi publicada em 2011 pelo periódico Brasil Econômico, mas as falas destacadas abordam a mudança de investimento que seria necessária com a proibição dos medicamentos à base de anfetamina e a possibilidade de aumento das vendas da sibutramina. É como se a indústria farmacêutica não fosse um dos atores interessados na regulação do mercado de emagrecedores, embora saibamos que é parte fundamental nesse processo, em especial na mudança e agilização dos processos de aprovação para comercialização de novas drogas pelas agências e órgãos regulatórios.

A análise das razões dessa omissão poderia resultar em um novo e interessante estudo. No presente trabalho, não aprofundamos essa questão, mas uma hipótese nos parece óbvia: a intenção de camuflar o caráter mercadológico dos medicamentos. Ao deixar a defesa da comercialização dos emagrecedores na voz

de médicos e de especialistas que reproduzem o discurso médico, a indústria garante o lugar sacralizado do medicamento como necessidade de saúde e vê apagar seu status como bem de consumo, dinâmica já apontada por inúmeros autores, como Paulo Vaz e Daniel Portugal.⁴⁶ O apelo à cultura terapêutica e à importância da intervenção são discursos que, de fato, prescindem da participação da indústria farmacêutica. São práticas já disseminadas socialmente, reafirmadas nas notícias que analisamos.

No título desta seção, fizemos referência à ideia de separação entre política e saúde no retrato da controvérsia dos emagrecedores. Entretanto, esta talvez não seja a abordagem mais apropriada, já que todo discurso é político, assim como são as decisões da área da saúde, as avaliações de risco e até mesmo as descobertas científicas. O conflito é a dinâmica básica da sociedade contemporânea e, embora os cálculos probabilísticos de risco tenham uma dimensão de técnica, é o jogo de poder entre os atores que conforma os arranjos que dão estabilidade às definições de risco tidas como *verdade* em dado lugar e época. Esses arranjos, no caso dos emagrecedores, são completamente diferentes em 2011 e em 2014 e suscitam, obviamente, direcionamentos opostos. Os textos que analisamos evidenciam essa transformação e, ao mesmo tempo que revelam a complexa imbricação entre política e saúde, participam da construção dos sentidos que se estabelecem sobre o risco do consumo de emagrecedores, sobre a obesidade, sobre a autoridade médica, sobre a atuação da Anvisa, etc. Interessante perceber, entretanto, que nem as notícias de 2011 nem as de 2014 *resolvem* a polêmica do perfil de segurança/risco dos emagrecedores. Ao contrário, enfatizam a controvérsia, as mudanças de posicionamento da autoridade sanitária, o conflito de interesses entre os atores, e evidenciam, assim, a dimensão coletiva e transitória da construção do risco, mesmo que esta não seja a intenção dos jornais.

Considerações finais

A investigação sobre as estratégias discursivas utilizadas para significar a polêmica dos emagrecedores nos permitiu identificar mais recorrências do que divergências na cobertura midiática do tema, tanto em 2011 como em 2014. Podemos afirmar que o discurso do risco está presente na maioria dos textos, mas não assume o centro da cena discursiva ocupado por uma cobertura *política* que privilegia os conflitos de interesses entre os atores envolvidos, os embates travados com a autoridade sanitária e as contradições do processo. As controvérsias científicas relacionadas ao risco de utilização dos emagrecedores foram suprimidas do debate midiático e o único estudo referenciado explicitamente nos textos é o que dá início ao debate mundial sobre a segurança da sibutramina, o estudo Scout (Sibutramine Cardiovascular Outcomes), que avaliou o risco da utilização dessa substância entre pacientes obesos.

As discussões relativas ao risco do consumo contínuo dos emagrecedores à base de anfetamina e as evidências de graves reações adversas e alto potencial de dependência e abuso, bem documentadas na literatura científica, não foram exploradas pelos textos jornalísticos. A crença no caráter patológico da obesidade se impõe de maneira tão avassaladora que parece não haver espaço para questionamentos relativos ao perfil de segurança e risco dos inibidores de apetite, uma das alternativas terapêuticas mais utilizadas pelos médicos no tratamento da *doença* do excesso de peso. Mesmo em 2011, quando a Anvisa cancela o registro desses medicamentos, as razões dessa proibição são explicadas a partir do uso recorrente da afirmação genérica de que possuíam mais riscos do que benefícios, sem qualquer aprofundamento da questão.

Uma inferência possível, a ser aprofundada em estudos futuros, é que a pouca proeminência do discurso do risco pode ser atribuída à imbricação entre saúde e estética que caracteriza a representação social contemporânea da obesidade. O apelo à busca do corpo perfeito, tanto como forma de se destacar socialmente e conquistar *felicidade* quanto como indicativo de cuidado com a saúde, impõe-se e faz desaparecer a dimensão mercadológica da venda de emagrecedores, assim como seu caráter medicinal. Os anorexígenos são enquadrados pelos textos num lugar diferente dos demais medicamentos e a avaliação científica, que pondera riscos e benefícios, parece dar lugar a uma avaliação de oportunidade ou custo/benefício, feita pelo médico,

pela autoridade sanitária ou pelo próprio indivíduo, na qual o centro da avaliação não está no produto em si, mas na condição de saúde/estética de quem vai utilizá-lo. Ou seja, a busca do corpo ideal e a luta contra a obesidade justificam todos os (outros) riscos, sendo capazes de ressignificar as estratégias utilizadas com fins de emagrecimento como alternativas que se equivalem. Os banhos, poções, cintas e corpetes do século XIX são substituídos pelas dietas, atividades físicas, pílulas emagrecedoras e cirurgias do século XXI.

A análise revelou, ainda, algumas especificidades do nosso tempo, que deixam traços nos textos dos dois períodos. A perspectiva hegemônica do controle de riscos como forma de evitar os agravos à saúde, a medicalização²⁵ e a farmacologização da vida em sociedade²⁶, e a crença numa epidemia da obesidade são apenas algumas dessas *hegemonias* discursivas, que se expressam por meio de discursos naturalizados, referenciados como verdades absolutas.

Por fim, evidencia-se o caráter transitório e político dos sentidos e definições de risco na área da saúde, cuja não fixidez relaciona-se diretamente com o jogo de poder entre as inúmeras racionalidades concorrentes, em busca de visibilidade e destaque na esfera pública, seja na validação de seus posicionamentos no âmbito científico, seja na conquista de mais espaço para voz (ou escolha deliberada pelo silêncio) nas narrativas jornalísticas e midiáticas.

Referências

1. Castiel LD, Guilam MCR, Ferreira MS. Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2010.
2. Luiz OC. Ciência e risco à saúde nos jornais diários. São Paulo: Annablume; 2006.
3. Douglas M, Wildavsky A. Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012.
4. Douglas M. Risk and blame: essays in culture theory. London: Routledge; 1994.
5. Ayres JRCM. Desenvolvimento histórico-epistemológico da Epidemiologia e do conceito de risco. Cad Saúde Pública. 2011 jul;27(7):1301-11.
6. Skolbekken JA. The risk epidemic in medical journals. Soc Sci Med. 1995 Feb;40(3):291-305.
7. Oliveira VC. Os sentidos da saúde nas mídias jornalísticas impressas. Reciis. 2012; 6(4)| suplemento.
8. Giddens A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar; 2002.
9. Collins HM, Evans R. Rethinking expertise. Chicago: The University of Chicago Press; 2007.
10. Limoges C. Expert knowledge and decision-making in controversy contexts. Public Understand. Sci.1993; 2(4):417-26.
11. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BR). Nota técnica sobre eficácia e segurança dos medicamentos inibidores de apetite. Brasília; 2011.
12. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BR). Relatório integrado sobre a eficácia e segurança dos inibidores de apetite. Brasília; 2011.
13. Foucault M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola; 1996.
14. Verón E. Quand lire c'est faire: l' énonciation dans le discours de la presse écrite. In: Sémiotique II. Paris: IREP;1983.
15. Verón E. Fragmentos de um tecido. São Leopoldo: Unisinos; 2004.
16. Bakhtin M. Estética da criação verbal. São Paulo: WMF Martins Fontes; 2011.
17. Fairclough N. Discurso e mudança social. Brasília: UnB; 2001.
18. Pinto MJ. Comunicação e discurso. São Paulo: Hacker;1999.
19. Bourdieu P. O poder simbólico. Lisboa: Difel; 1989.

20. Pinto MJ. As marcas linguísticas da enunciação. Rio de Janeiro: Numem; 1994.
21. Nublát J. Anvisa decide hoje veto a emagrecedores. Folha de S.Paulo (Grupo Folha) 2011out. 04:Saúde.
22. Nublát J. Venda de emagrecedores é abusiva e crescente no país. Folha de S.Paulo (Grupo Folha) 2011 out. 11:Saúde.
23. Schwartsman H. Uma questão de peso. Folha de S.Paulo(Grupo Folha) 2011 out. 05:Saúde.
24. Nublát J. Anvisa libera sibutramina e veta três emagrecedores. Folha de S.Paulo (Grupo Folha) 2011 out. 05:Saúde.
25. Formenti L. Anvisa mantém emagrecedor polêmico. Folha de S.Paulo (Grupo Folha) 2011 out. 05:Saúde.
26. Anvisa deve decidir veto a remédios. O Estado de S. Paulo (Grupo Estado) 2011 out. 03.
27. Anvisa libera sibutramina e proíbe outros emagrecedores. O Estado de S. Paulo (Grupo Estado) 2011 out.04.
28. Formenti L. MP-DF estuda ação por veto a emagrecedores. O Estado de S. Paulo (Grupo Estado) 2011 out.06.
29. Braga J. Anvisa restringe uso de emagrecedores. Correio Braziliense (S/A Correio Braziliense)2011out.05: Brasil. p. 7.
30. Braga J. Regra para emagrecedores atingirá 1 milhão. Correio Braziliense (S/A Correio Braziliense) 2011 out. 06: Brasil. p. 6.
31. Marinho A. Decisão sobre uso de emagrecedores divide médicos. O Globo(Infoglobo Comunicação e Participações S.A) 2011 out 09.
32. Marinho A. Anvisa dá licença a droga banida nos EUA. O Globo(Infoglobo Comunicação e Participações S.A) 2011 out. 5.
33. França S, Karam R. Bom para quem faz sibutramina. Brasil Econômico (Grupo Ig) 2011 out 5.
34. Medeiros E. Inibidores de apetite voltarão ao mercado. Correio Braziliense (S/A Correio Braziliense) 2014 set. 3.
35. Chaib J, Castro G. Emagrecedores serão reavaliados na Anvisa. Correio Braziliense (S/A Correio Braziliense) 2014 set. 4.
36. Carvalho, J. Aprovada a venda de inibidores de apetite no país. O Globo(Infoglobo Comunicação e Participações S.A)2014 set. 3.
37. Falcão, J. Inibidores: até 8 meses para voltar ao mercado. O Globo (Infoglobo Comunicação e Participações S.A) 2014 set. 4.
38. Nublát J. Senado libera inibidores de apetite vetados em 2011. Folha de S.Paulo (Grupo Folha)2014 set. 3.
39. Nublát J. Não vivemos ditadura das agências reguladoras', afirma vice de Marina. Folha de S.Paulo (Grupo Folha)2014 set. 6.
40. Brandt F. Senado libera os inibidores de apetite. O Estado de S. Paulo(Grupo Estado)2014 set. 3.
41. Ulhôa R, Lima V, Peres B. Lei Geral das Religiões fica fora da pauta depois de anunciada como prioridade. Valor Econômico(Infoglobo Comunicação e Participações S.A) 2014 set. 3.
42. Beck U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: 34; 2010.
43. Rodrigues AD. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: Mouillaud M, Porto D, organizadores. O jornal: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15; 1997.
44. Braziel JE; LeBesco K. Bodies out of bounds. Fat and transgression. California: University of California Press, Berkeley & Los Angeles; 2001.
45. Amaral V. Mídia e risco à saúde: o caso dos emagrecedores [dissertação]. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz; 2015.
46. Vaz P, Portugal D. A nova "boa-nova": marketing de medicamentos e jornalismo científico nas páginas da revista brasileira Veja. Comun Midia Consumo. 2012;9(26):37-60.